



CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AMAZONAS

SIMPÓSIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – 08

SEGURANÇA INTERNACIONAL E DEFESA

INSEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS NA TRÍPLICE FRONTEIRA (BRASIL-PERU-COLOMBIA)

Fernando da Silva Lemos

Acadêmico do Curso de Relações Internacionais da Faculdade La Salle
Manaus.

E-mail: 20893047@faculdadelasalle.edu.br

Stefanny Gabrielle Mendes da Costa

Acadêmico do Curso de Relações Internacionais da Faculdade La Salle Manaus.

E-mail: 20892783@faculdadelasalle.edu.br

RESUMO

O artigo objetiva avaliar as políticas públicas em relação à insegurança alimentar do Brasil, Peru e Colômbia, identificando as lacunas e desafios para a implementação de políticas de segurança alimentar. Examinando, através de pesquisa bibliográfica, comparativa. A tríplice fronteira é uma região rica em diversidade cultural e natural, enfrenta problemas de insegurança alimentar e política externa. A falta de alimentos e pobreza são regulares, gerando problemas sociais e econômicos.

Palavras-chave: Insegurança alimentar; Políticas Públicas; tríplice fronteira.

ABSTRACT

The article aims to evaluate public policies regarding food insecurity in Brazil, Peru and Colombia, identifying gaps and challenges for the implementation of food security policies. Examining, through bibliographical, comparative research. The triple border is a region rich in cultural and natural diversity, facing problems of food insecurity and foreign policy. The lack of food and poverty are regular, generating social and economic problems.

Keywords: Food insecurity; Public policy; triple frontier.



CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AMAZONAS

INTRODUÇÃO

A alimentação é essencial para a humanidade, uma necessidade indispensável, sua falta ou excesso pode ocasionar diversas enfermidades. Segundo Freitas (2002) a alimentação influencia em nosso estado emocional, na disposição e inteligência, podendo prejudicar o interesse de crianças na frequência escolar, ocasionando estresse, baixo rendimento, agitação, irritabilidade entre outros.

A insegurança alimentar é um problema grave, principalmente em áreas rurais e comunidades indígenas. A região é caracterizada por uma grande diversidade de culturas e etnias, o que torna a questão ainda mais complexa. A falta de acesso aos alimentos e a pobreza são fatores que contribuem para a insegurança alimentar. Esses problemas têm raízes históricas e estruturais, relacionados ao modelo de desenvolvimento adotado pelos governos, que priorizam a exploração de recursos naturais e a expansão do agronegócio.

A região da tríplice fronteira é estratégica em termos geopolíticos e tem sido alvo de disputas entre as potências globais. Além disso, a política externa adotada pelos governos desses países têm impactos significativos sobre a vida das pessoas na região.

SEGURANÇA ALIMENTAR VS INSEGURANÇA ALIMENTAR

De acordo com Silva (2014) às preocupações relacionadas à fome enfrentada por todas as nações, teve seu destaque no início do século XX, depois da Primeira Guerra Mundial, onde o cenário europeu, onde diversos países foram afetados economicamente pelos combates, anos depois com a Segunda Guerra Mundial a situação se agravou. Outro ponto agravante foi o ambiente de bipolarização onde a disputa por hegemonia política e econômica ficou conhecida como Guerra Fria.

O Estados Unidos estava na liderança do bloco capitalista, verificou-se a necessidade de fortalecer sua influência em todos os continentes, com intuito de frear a expansão do domínio comunista que era liderado pela União Soviética. Nesse ambiente a pobreza e fome deveriam ser combatidas por meio de



CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AMAZONAS

cooperações internacionais, evitando quadros de instabilidade política e social nos países pobres que gerassem revoluções. Por isso o combate à fome tornou-se um elemento de estratégias em disputas por controle geopolítico mundial.

De acordo com (FAO, 1996, p. 1) existência da segurança alimentar se caracteriza quando pessoas têm, a todo momento acesso econômico e físico a alimentos nutritivos, seguros e suficiente satisfazendo suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, com o propósito de viver ativamente e sã.

Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) define a insegurança alimentar como o não acesso regular e permanente de pessoas ao alimento em quantidade e qualidade suficientes para sua sobrevivência, destacando que os níveis de insegurança alimentar estão separados quatro categorias: moderada, grave, crônica e aguda.

A insegurança alimentar moderada, se caracteriza por exemplo, quando a pessoa tem a capacidade de obter alimentos prejudicada por fatores como renda ou acesso a recursos. Os indivíduos nesse estágio são obrigados, em determinadas épocas do ano, a reduzir a quantidade ou a qualidade dos alimentos que consomem.

O estado grave de insegurança alimentar, ocorre quando as pessoas que não têm acesso à comida, podem passar fome durante o dia e, podendo passar dias sem comer.

A insegurança alimentar crônica é aquela que permanece ao longo do tempo, ou seja, uma pessoa que vive longos períodos em incertezas relacionadas às suas refeições, está relacionado a causas estruturais da sociedade, como o alto preço dos alimentos.

A insegurança alimentar aguda é aquela que se caracteriza pela falta de alimentos suficientes para ameaçar a vida ou meios de subsistência da pessoa, independe da causa, contexto ou duração. Por exemplo, caso extremo de desnutrição, com risco de morte.



INSEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

De acordo com Silva (2014) o assunto da assistência alimentar às populações mais pobres foi integrado de fato às políticas públicas governamentais brasileiras no final dos anos 1930, sendo parte integrante da estratégia de poder do “Estado Novo” do presidente Getúlio Vargas. Estudo de Josué de Castro mostravam no início desse mesmo período, os flagelos sociais que estavam ocasionando fome em todo território nacional principalmente o Nordeste. Pinheiro (2009) acrescenta ainda que Josué de Castro, foi pioneiro ao acrescentar o componente nutricional como um indicativo da alimentação e nutrição, diagnosticando que a fome não está restringida a quantidade de proteínas e calorias ingeridas diariamente, mas sim à carência de micronutrientes como vitamina A e ferro, isto serviu de indicadores biológicos chamado de “fome oculta”.

Como aponta Pinheiro (2009) para que houvesse comando nas políticas de alimentação foi construída em 1945 Comissão Nacional de Alimentação (CNA), responsável pela elaboração do I Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, em 1952, partindo de um diagnóstico elaborado pela própria CNA sobre os hábitos alimentar e estado nutricional da população do Brasil. Extinta em 1972, foi substituída pela Nacional de Alimentação e Nutrição (Inan), criada por meio da Lei no 5.829, direcionando programas à pessoas em situação de vulnerabilidade social.

Arruda e Arruda (2007) enfatizam que na década de 1970, dois programas marcaram o avanço da ação do governo nesta área. Em 1973, o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (Pronan), por meio do DL no 72.034, este era composto por doze subprogramas, advindos de várias estruturas do governo. Porém, em auditorias feitas pelo Inan, constatou irregularidades e dificuldades operacionais, durando somente até 1974.

No ano seguinte foi montada uma equipe para elaborar e subsidiar o II Pronan, através de um convênio entre Ipea e Inan, baseado no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), entre 1975 e 1979. O II Pronan, lançado em



CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AMAZONAS

fevereiro de 1976 (Decreto no 77.116), pretendia ser uma ação integrada entre vários organismos de Estado.

De acordo com Souza (2011) em 2010 o Programa Bolsa Família (PBF) tinha como um dos objetivos promover a SAN, entretanto afeta o acesso ao alimento sem afetar as outras três dimensões da SAN (distribuição, utilização e estabilidade).

Nas palavras de (SOUZA, 2011) as políticas de SAN, no Brasil, iniciaram estratégias com “FOME ZERO” impulsionando a articulação e organização. Antes de 2003, existiam muitas ações facilitando acesso ao alimento, quais eram circunscritas a situações emergenciais e que não tinham nenhum tipo de articulação entre si, entretanto as políticas de SAN foram restritas à entrega de alimentos e centralizadas na pasta de assistência social.

Essa política se caracteriza por programas dispersos, cada um com um público beneficiário específico. Havia crítica de que não existiam inovações nas ações de segurança alimentar e nutricional no Brasil, mudando depois a adoção do Fome Zero como uma estratégia que delimitaria toda a política social do governo.

De acordo com IPEA (2010) com exceção do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), as demais ações federais de SAN estão distribuídas entre vários ministérios, muitas focam alvo extremamente reduzidos ou possuem um discreto orçamento. Destaca-se a “existência da Losan (Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional: Lei nº 11.346) – e do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) – não são, suficientes para garantir a efetivação do direito à alimentação, conforme preconiza a atual Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional” (IPEA, 2010).

(SOUZA, 2011) relata que o programa Bolsa Família (PBF) não é capaz de erradicar a insegurança alimentar, e situações envolvendo a fome, O Brasil possui



CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AMAZONAS

várias ações de SAN executadas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), as quais são importantes no fomento à oferta e disponibilidade de alimentos, mas possuem orçamentos inferiores ao PBF.

O Brasil se comprometeu com a ONU, e mais 187 países, a implantar o Direito Humano à Alimentação Adequada em seu território de maneira progressiva, por meio de um instrumento chamado de diretrizes voluntárias (IPEA, 2010).

INSEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS NO PERU

De acordo com Natalino (2009, p.8) o Peru possui a integração econômica, física, social e política em um espaço geográfico heterogêneo, a busca da concordância impele a abertura do jogo de poder, concentrada numa elite cívico-militar de tendências oligárquicas e cesaristas para vitalidades e virtudes da democracia, em grande e deliberado esforço para modernizar o sistema político.

Cenan (2012) enfatiza que no Peru a desnutrição infantil e deficiência de micronutrientes (ferro, zinco e vitamina A) são os principais problemas relativos à nutrição, sendo a anemia por deficiência de ferro o considerada maior dano nutricional em nível nacional afetando diferentes camadas socioeconômicas, afeta principalmente menores de 2 anos e mulheres em idade fértil.

A (COMISIÓN MULTISECTORIAL DE SEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL, 2013) informa que a desnutrição crônica está associada à pobreza, esses índices são devidos grandes diferenças entre grupos socioeconômicos seja no meio urbano ou rural, também ao baixo nível educacional das mães. Além de problemas de sobrepeso 35% e obesidade 9% alcançando mulheres em idade fértil.

Os cereais (arroz e trigo) são a principal fonte de energia no Peru, entretanto no caso do trigo 30% aproximadamente depende da importação. A distribuição de renda desigual agrava o problema, aumentando o acesso desigual aos alimentos. A pobreza afeta 14.609.000 pessoas, dentro das quais 6.513.000



CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AMAZONAS

estão em situação de pobreza extrema principalmente em áreas rurais. Devido a aceleração da urbanização, 72% da população peruana mora em áreas urbanas, contudo, a pobreza é crescente chega a 8 milhões.

Para Vásquez Ângulo (2014) Políticas peruanas de segurança alimentar e nutricional é um caso interessante, porque a política de combate à pobreza saiu de uma proposta que contemplava a transferência de renda com condicionalidades (programa juntos) para incorporar a implantação de uma política de segurança alimentar e nutricional (Estratégia Crescer).

Outro aspecto no caso peruano é que suas políticas são criações recentes, possibilitando aprendizagem a partir das experiências observadas em outros países e suas políticas.

De acordo com Souza (2011) o programa peruano chamado Juntos, busca a “emancipação da pobreza”, onde a renda transferida é vista como circunstancial. Assim o programa tem prazo de vigência determinado, no final, espera que seus beneficiários, partindo dos incentivos ofertados pelo governo, tenham alcançado maneiras de serem inseridos no mercado formal de trabalho. As ações de SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) no Peru são políticas de acesso à água potável e dinamização da agricultura por entregas de “kits nutricionais”

Segundo Souza (2011) mesmo com gastos estatais em programas de alimentação, estes não foram suficientes, para reduzir e superar dificuldades relacionadas à desnutrição infantil crônica.

Como aponta Alcázar (2007) os gastos em programas alimentares registrados durante os últimos anos, não correspondem com uma melhoria sistemática dos indicadores do nível de problema, déficit calórico ou nutrição.

Foi constatado que no Peru antes de 2005, vinte e sete programas que estavam no grupo de programas sociais alimentares, eram descoordenados e com objetivos muitas vezes sobreposto, resumindo em: redução da desnutrição, alívio da pobreza e melhora na qualidade de vida dos grupos vulneráveis.



CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AMAZONAS

Souza (2011) mostra que para alcançar objetivos, a política de SAN (Segurança Alimentar e nutricional), promoveu reforma nos programas sociais, implementou um modelo de política social chamado estratégia CRECER, realizando gestão de resultados, fomentando um fundo de desenvolvimento pela igualdade social.

Como aponta Peru (2011) a CRECER é uma estratégia de intervenção articulada a entidades públicas formada com Governo Nacional, local, regional, setor privado, sociedade civil e cooperação internacional visando melhorar, as condições de vida da população extremamente pobre e pobre e diminuir a desnutrição crônica infantil.

De acordo com Alcázar (2007) os programas alimentares do Peru tem problemas de focalização, visto que 75% de crianças da escola primária, do quintil mais pobre não tem acesso ao programa “Desayunos Escolares” e 40% das crianças entre 0 e 6 anos do mesmo quintil não têm acesso ao Programa “Vaso de Leche”.

Sotomayor (2008) aponta que em relação aos impactos sobre a oferta de alimentos, se destaca que após o Decreto Legislativo nº 997 (2006), foi criado o programa de desarrollo productivo agrario rural Agro Rural, “com intuito de promover desenvolvimento agrário em territórios de menor desenvolvimento econômico, aprovado de acordo com a normativa vigente.

Souza (2011) destaca que a política de SAN no Peru, as ações ainda são desarticuladas e fragmentadas, entretanto, as “articuladoras” se destacam em seu papel, O programa Agro Rural integrou vários programas para que pudesse ampliar as ofertas de alimentos.

INSEGURANÇA ALIMENTAR E POLÍTICAS PÚBLICAS NA COLÔMBIA

Para (FAO, 2001; NUSSIO; PERNET, 2013) o interesse em criar políticas nacionais para alimentação e nutrição na Colômbia ocorreram na década de 1960, quando a desnutrição e seus efeitos atingiam pelo menos um quinto da população no país. Os autores Escobar (1995) e Restrepo-Yepes (2011) apontam que a



CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AMAZONAS

criação de políticas nacionais, frente as debilidades desses problemas além de esforços do país, houve participação de organizações internacionais como a UNICEF, OMS, FAO, UNESCO e Comissão Econômica para América Latina (CEPAL).

Como apontam (NUSSIO; PERNET, 2013) mesmo fazendo parte da agenda política governamental na década de 1970 e considerado importante pela SAN, esse interesse foi diminuindo entre as décadas de 1980 e 1990. (RESTREPO-YEPES, 2011) diz que isto ocorreu devido a diminuição dos casos relacionados a desnutrição severa, e a emergência e escalonamento de outras problemáticas como crimes organizados, tráfico de drogas e conflitos armados nas décadas de 1980 e 1990. Em relação ao plano nacional o SAN, passou a ter relevância secundária em relação a políticas públicas, entretanto voltou ressaltar sua importância na década de 1990.

Mejoramiento Alimentario y Nutricional de Antioquia (MANA) atendeu a definição de SAN (Segurança Alimentar e Nutricional) proposta pela FAO em 1996, definindo a disposição e acesso em todo momento de pessoas, aos alimentos nutricionalmente adequado em respeito à quantidade, qualidade e variedade sendo culturalmente aceitáveis pela população em questão. (FAO, 2009, p 1).

CONCLUSÃO

De acordo com os resultados encontrados através da pesquisa realizada, concluímos que existem diversas dificuldades relacionadas ao acesso de alimentos, seja em qualidade e quantidade, assim como problemas relacionados ao controle, seja relacionado à alimentação como para quem serão destinados (os usuários).

É evidenciado que cada região estudada tem suas próprias políticas públicas relacionadas ao problema de insegurança alimentar, entretanto essas, são de acordo com cada problema específico do país, pois cada uma possui sua própria cultura e problemáticas, não podendo ser comparadas ou igualadas a outros lugares.



CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AMAZONAS

Entretanto as políticas públicas que deveriam ser colocadas em prática de maneira adequada por cada país, ainda se encontram de maneira deficiente e irregular.

REFERÊNCIAS

ALCÁZAR, L. ¿Por qué no funcionan los Programas Alimentarios y Nutricionales en el Perú? Riesgos y Oportunidades para su reforma. Investigación, políticas y desarrollo en el Perú, Grupo de Análisis para el Desarrollo - GRADE, 2007. Disponível em: <www.grade.org.pe/download/pubs/InvPolitDesarr-5.pdf> Acesso em: 8 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Brasil. Lei nº 11.346 de 15 set. 2006. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União. 18 set 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm Acesso em 26 abr. 2023.

CMSAN, C. M. de S. A. y N. (2013). *Estrategia nacional de seguridad alimentaria y nutricional 2013-2021*. Recuperado de <https://www.minagri.gob.pe/portal/download/pdf/seguridad-alimentaria/estrategia-nacional-2013-2021.pdf>

ESCOBAR, A. **Encountering development**. Princeton, Princeton University Press, 1995.

FREITAS, Paulo G. Saúde um Estilo de Vida. Baseado no Equilíbrio de Quatro Pilares. São Paulo: IBRASA, 2002.

GARRETT, J. **MANA: Improving Food and Nutrition Security in Antioquia, Colombia**. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Brasília: Ipea, 2010.

La seguridad alimentaria: información para la toma de decisiones, guía práctica.

FAO, 2011. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/014/al936s/al936s00.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2023

NATALINO, Enrique Carlos. O Peru entre três mundos: o desafio da transposição de muros. In: PRÊMIO AMÉRICA DO SUL -2009. **Peru:** evolução recente e futura. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão-FUNAG, 2009.



CONGRESSO INTERNACIONAL DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO AMAZONAS

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). Declaração de Roma Sobre a Segurança Alimentar Mundial. Roma, 1996. Disponível em: <http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>. Acesso 22 abr.2023.

PERU. Memoria 2007-2011: Estrategia Nacional CRECER. Secretaría Técnica de la Comisión Interministerial de Asuntos Sociales, Presidencia del Consejo de Ministros, jul. 2011. Disponível em: <<http://fodm-infanciaperu.org/documentos/publicaciones/MEMORIA%20CRECER%202007-2011.pdf> Acesso 09 mai. 2023.

RESTREPO-YEPES, O.C. La protección del derecho alimentario en Colombia: descripción y análisis de las políticas públicas sobre alimentación y nutrición desde 1967 a 2008. **Opinión Jurídica**, v. 10, n. 20, p. 47-64, 2011.

SILVA, Sandro P. (2014), A Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na Agenda Política Nacional: Projetos, Descontinuidades e Consolidação. In *Texto para discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*, Brasília; Rio de Janeiro, IPEA.

SOTOMAYOR, O. E. Diseño del modelo de gestión y del esquema de operación del programa de desarrollo productivo agrario rural – Agro Rural. Ministerio de Agricultura, República del Perú. Informe de Consultoría, 2008.

SOUZA, L. R. Uma análise de interrelação condicionada de renda e as políticas de segurança alimentar implementadas em três países da América Latina – México, Brasil e Peru. 2011. VAZQUEZ, Angulo, Julia Desiré, 1988- Indicadores e políticas de segurança alimentar e nutricional no Brasil e no Peru / Julia Desiré Vásquez Angulo. – Viçosa, MG, 2014.